



EFEMÉRIDES



O bicentenário do desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes

FERNANDO CÂMARA*



o ano de 2014 registra dentre outras importantes efemérides o bicentenário de nascimento do desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes, uma das maiores figuras da magistratura cearense no Brasil Império.

Era natural da antiga Freguesia do Riacho do Sangue, hoje município de Jaguaratama, neste Estado, onde nasceu na fazenda Santa Bárbara, no dia 4 de outubro de 1814, tendo como pais o major José Bezerra de Menezes e sua esposa e prima, Ana Bezerra de Menezes. Sua esposa, Ana Maria da Costa, era tia-avó de Antônio Vicente Mendes Maciel, o famoso Antônio Conselheiro, figura central do episódio de Canudos, na Bahia.

Era seu avô materno o coronel Antônio Bezerra Souza de Menezes (23.03.1758-02.09.1827), conhecido como “o Revolucionário”, que tomou parte ativa na Confederação do Equador, onde foi Comandante das Armas, sendo derrotado e preso no lugar “Itans”, proximidades de Baturité, e condenado ao degredo no interior do Maranhão. Conduzido para esse exílio, faleceu durante a viagem, quando se encontrava no Riacho do Sangue.

O futuro desembargador Assis Bezerra iniciou seus estudos na cidade de Icó, na época um dos centros mais desenvolvidos do Ceará, tendo como professor o latinista Joaquim Theotônio Sobreira de Melo.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Em 1832, já contando dezoito anos de idade, deslocou-se para Olinda, em Pernambuco, a fim de preparar-se para o curso superior. Ali funcionava, então, a sua tradicional Faculdade de Direito, criada pela Lei Imperial de 11 de agosto de 1827, com a denominação de Academia de Ciências Jurídicas e Sociais.

Oficialmente instalada em 15 de maio de 1828, quatro anos mais tarde, ou seja, em 1832, já diplomava sua primeira turma, composta de quarenta e dois bacharéis, dois dos quais cearenses: Jerônimo Martiniano de Melo e José Antônio Pereira Ibiapina; este último foi o 1º Juiz de Direito de Quixeramobim, minha cidade natal, e posteriormente, abandonando a magistratura, tomou Ordens Sacras e, como missionário, deixou nome em todo o Nordeste brasileiro.

Em Olinda, nosso biografado veio a doutorar-se na sexta turma, em 1837; vários outros parentes nossos formaram-se também naquela tradicional faculdade, a qual, alguns anos mais tarde, foi transferida para Recife. Vejamos os seus nomes: Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra (1810 -1888), seu primo e cunhado, na quinta turma (1836); Padre Dr. Antônio Elias Saraiva Leão (1808 - 1896), a mais expressiva figura deste Clã, na décima segunda turma (1843); e o meu bisavô materno, Dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco (1823 -1920), na décima quarta turma (1845).

Em abril de 1838, por nomeação do então presidente da Província do Ceará, Manuel Felizardo de Sousa Melo, teve a sua designação para Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Riacho do Sangue e, posteriormente, Juiz de Direito interino da Comarca do Crato, cargo que exerceu até outubro de 1839.

No dia 3 de dezembro de 1841 foi designado Juiz Municipal de Quixeramobim e em 1842, novamente de Riacho do Sangue. Secretário da Presidência da Província do Ceará, por nomeação datada de 5 de junho de 1846, permaneceu neste cargo até setembro desse mesmo ano.

O Governo Imperial designou-o, por ato datado de 3 de fevereiro de 1852, Juiz de Direito da Comarca de Santarém, na então Província do Pará. No Brasil Império, a magistratura era de âmbito nacional, podendo um Juiz de Direito ser transferido de uma Província para outra, como aconteceu com o futuro desembargador Assis Bezerra.

Durante este período, atendendo convite do presidente do Pará, Sebastião do Rego Barros, ocupou a chefia de Polícia daquela Província.

Por decreto de 20 de outubro de 1854, foi transferido da Comarca de Santarém para a de Granja, no Ceará. Ali teve a infelicidade de perder a sua esposa e prima, Maria de Souza Bezerra de Menezes.

A notícia deste doloroso acontecimento abalou profundamente seus familiares, principalmente seu irmão, Padre José Jacintho Bezerra de Menezes (1823 - 1874), na época vigário interino de Quixeramobim. Ele não se conformava em saber do irmão viúvo, longe do convívio familiar e com filhos pequenos para criar.

Escreveu, então, ao mano magistrado expondo a sua angústia em vê-lo sozinho, distante da família e sem ter alguém para dar a assistência aos seus filhinhos. Disse, ainda, que estava disposto a ajudá-lo na escolha de uma nova esposa, sugerindo, na oportunidade, que ele se casasse com uma das irmãs de seu cunhado, dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco. Este, conversado antes com o Padre José Jacintho, havia concordado em discutir a proposta com o seu genitor, major João Batista da Costa Coelho (1794 - 1893) – conhecido na família por Pai Joãozinho, residente na fazenda Santa Teresa, localizada em terras do município de Catolé do Rocha, na Paraíba.

Apesar de não conhecer pessoalmente as jovens, o futuro desembargador aceitou incontinenti aquela sugestão e o credenciou a tratar do casamento. Feito o pedido ao opulento fazendeiro paraibano, o mesmo aquiesceu, enviando ao futuro genro o nome das cinco filhas para que ele elegeesse a sua esposa. O viúvo agradeceu-se mais do nome de Matilde Amélia e esta foi a jovem escolhida.

Marcada a data do casamento, o dr. Assis seguiu em viagem marítima até Aracati onde uma liteira o aguardava, rumando então para o sertão paraibano, até à fazenda Santa Teresa, residência da noiva, ali chegando na véspera das bodas, após cansativa viagem de alguns dias. Bem acolhido e hospedado pelos futuros sogros na casa-grande da fazenda, estes, no entanto, não lhe apresentaram na ocasião a sua futura esposa, o que o deixou muito impaciente.

No dia seguinte, pouco antes da celebração do enlace matrimonial, o major João Batista conduziu o futuro genro a uma sala onde as suas cinco filhas se encontravam sentadas e muito bem vestidas, e perguntou-lhe qual delas seria a sua noiva. O noivo, após olhar para todas elas, não titubeou e, apontando para a jovem Matilde Amélia, foi taxativo: “É esta!”.

Pai Joãozinho ficou deveras surpreso, pois tinha certeza de que os nubentes não se conheciam, nem haviam se encontrado antes, já que uma escrava ficara o tempo todo de plantão na porta do quarto de suas filhas; isto também foi confirmado por sua esposa, dona Tereza Antônia de Maria Seja Castelo Branco (Mãe Teté).

Não contendo sua curiosidade, mal terminou a celebração do casamento, o sogro chama o novo genro e indaga como ele havia adivinhado ser aquela a sua pretendida. O magistrado sorriu e respondeu: “Ora, muito fácil; quando entrei na sala, ela foi a única a ficar corada”. No passado era assim que se realizavam os casamentos, dependendo mais da vontade paterna, que mesmo da afeição existente entre os noivos.

Matilde Amélia, conhecida por Dodoca, não teve filhos desta união conjugal com o dr. Assis Bezerra, e quando o esposo faleceu, em Baturité, no dia 12 de abril de 1878, passou a residir com um dos enteados, de nome igual ao de seu genitor e conhecido por dr. Bezerrinha. Ela veio a falecer na primeira década do século passado, e quando nasceu a filha caçula do dr. Bezerrinha, esta recebeu o nome de Matilde, em sua homenagem. A minha inesquecível mãe, Thereza Heloísa, ainda conheceu esta sua tia-avó, já bastante idosa, em Quixeramobim.

Mas, voltemos à figura do dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes que da Comarca de Granja foi removido para Quixeramobim, assumindo o cargo em julho ou agosto de 1857 e ali permaneceu até janeiro de 1874, quando foi promovido a desembargador do Tribunal da Relação do Pará.

Como também fora criado o Tribunal da Relação do Ceará, ele conseguiu a sua transferência para este Estado, tendo permanecido até sua morte, ocorrida quando se encontrava na Serra de Baturité, a 12 de junho de 1878, estando licenciado do cargo.

Dele, escreveu o Barão de Studart, em seu Dicionário Bibliográfico Cearense: “Tendo exercido cargos públicos durante quarenta anos, não deixou bens a partilhar. Seus herdeiros não tiveram de fazer um simples arrolamento. Também não lhes deixou uma única dívida a pagar.”